

CARTOGRAFIA SOCIAL UMA FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO EM PESQUISAS QUALITATIVAS

Social cartography, a tool to the building of territorial knowledge: theoretical arguments on the possibilities of development of the participative method in qualitative in qualitative researches.

Cartografia social una herramienta para la construcción del conocimiento territorial: reflexiones teórica acerca de las posibilidades de desarrollo de la cartografía participativa en investigaciones cualitativas

Nátane Oliveira da Costa
Universidade Federal do Ceará
natane@alu.ufc.br

Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará
adryanegorayeb@yahoo.com.br

Pedro Ricardo Oliveira Paulino
Universidade Federal do Ceará
Pedro-paulino@hotmail.com

Licia Benicio Sales
Universidade Federal do Ceará
liciabenicio@gmail.com

Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará
cacauceara@gmail.com

Resumo

A Cartografia Social atualmente é vista como uma nova ferramenta utilizada no planejamento e na transformação social, sendo fundamentada na investigação-ação-participativa e desenvolvimento local. Os grupos sociais são os autores dos mapas, todo o processo de representação e construção de conhecimentos territoriais e feito em coletividade. Este artigo objetiva apresentar um conjunto de reflexões teórico metodológicas acerca das possibilidades de organizar mapeamentos participativos. No que concerne aos procedimentos metodológicos o referencial teórico foi fundamentado nos estudos de Gorayeb; Meireles (2014), Gorayeb; Meireles; Silva (2015), Acsehrad; Coli, (2008), entre outros. A Cartografia Social apresenta-se como uma ferramenta muito importante na medida em que favorece articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade por meio da cartografia.

Palavras Chave: Cartografia Social, Grupos sociais, Território

Abstract

Nowadays, the Social Cartography is seen solely as a new tool to the planning and the social transformation, being based in the investigation/participative action and local development. The social groups are the authors of the maps, all of the process of representation and the building of territorial knowledge and built in collectivity. The present paper seeks to present a series of theoretical/methodological reflections regarding the possibilities of organizing participative mappings. In regards to the methodological procedures, the theoretical framework was based in the studies of Gorayeb; Meireles (2014), Gorayeb; Meireles; Silva (2015), Acselrad; Coli, (2008), amongst others. The Social Cartography presents itself as a very important tool, since it promotes an articulation between knowledges and understandings through the setting of an accessible language in regards to the representation of the reality by means of cartography.

Keywords: Social Cartography; Social Groups; Territory

Resumen

La cartografía social, se considera actualmente como una nueva herramienta utilizada en la planeación y en la transformación social, que se fundamenta en la investigación - acción-participación y en el desarrollo local. Los grupos sociales son los autores de los mapas, todo el proceso de representación y construcción de conocimientos territoriales es realizado en colectivo. Este artículo, busca presentar un conjunto de reflexiones teórico- metodológicas sobre las posibilidades de organizar cartografías participativas. Con respecto a los procedimientos metodológicos, el referencial teórico está fundamentado en los estudios de Gorayeb; Meireles (2014), Gorayeb; Meireles; Silva (2015), Acselrad; Coli, (2008), entre otros. La cartografía social se presenta como una herramienta de suma importancia en la medida en que favorece la articulación entre los saberes y conocimientos por medio del establecimiento de un lenguaje accesible, es decir, mediante la representación de la realidad por medio de la cartografía.

Palabras-clave: cartografía social, grupos sociales, territorio

INTRODUÇÃO

A Cartografia Social corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

Lima; Costa (2012) enfatizam que a C.S pode ser compreendida como meio técnico, busca registrar relatos e as representações no processo de automapeamento, propiciando a identificação de situações inerentes a conflitos na forma de uso do território em questão.

No território brasileiro, a C.S vem contribuindo ao longo do tempo em assegurar as

conquistas como as de afirmação de identidades coletivas, reconhecimento dos direitos étnicos, conservação de práticas e culturas ancestrais, demarcação territorial. A esse respeito Boynard (2010, p.112) explicita que,

[..] o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM), que tem uma abrangência nacional e se articula com o Movimento Negro em várias frentes de luta como, por exemplo, os Quilombolas, as Mulheres Negras, os Afroreligiosos, as Quebradeiras de Coco Babaçu, os Faxinais, os Cipozeiros e os Negros Rurais.

Os estudiosos e as populações que participaram do referido projeto realizaram um conjunto de oficinas de cartografia em finais de semana. Nesses encontros, além de cursos de capacitação, foram efetivadas discussões com as comunidades tradicionais sobre os aspectos sociais que são de interesse das comunidades, a serem representados no mapa. Após ampla discussão crítica sobre a ação de mapear foram analisadas as possibilidades de uso da terra que contrariam ou que são a favor das comunidades. A esse respeito Boynard (2010, p.112) acentua que,

[...] como resultados das oficinas, são produzidos fascículos contendo textos de denúncia, reivindicação e históricos dos grupos, além de, principalmente, mapas com a espacialização dos dilemas (problemas, conflitos, necessidades) e saberes (tradições, seres e lugares sagrados) desses grupos, para dar ensejo às vozes e às lutas desse movimento social.

Conforme Boynard (2011, p.06), “o PNCSA realiza aquilo que se denomina de mapeamento situacional, que pregava o combate à alienação produzida pela sociedade capitalista”. Sendo que os grupos sociais não consideram o mapa apenas como um produto acabado e sim como um processo de construção que é contínuo. Nesse contexto, ao ser entrevistado por Lima; Ramos; Silva (2013, p.264) Alfredo Wagner assegura que os mapas situacionais,

[...] são mapas que podem mudar, variar sendo as transformações vividas pelos grupos e comunidades. Hoje eles têm uma configuração, amanhã podem ter outra. O que é que muda? O próprio embate que essas forças têm com outras forças externas, como o embate com grileiros, o embate com o Estado, o embate com grupos interessados na terra que querem usurpar ou adquirir. Então a mercantilização vai balizando esta delimitação, como é que ela pode ser estabelecida. A fronteira é um lugar de relações. A fronteira é o lugar onde o grupo se realiza com mais força identitária.

Compreende-se que uma mesma população tem a capacidade de produzir diversos mapas em diferentes momentos históricos sobre o mesmo espaço. Os mapas são dinâmicos e as lutas dos movimentos sociais não são fixas, novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades o que propicia a construção e reconstrução dos mapas.

Tendo em vista se compreender a importância das atividades de mapeamento participativo a seguir serão tecidas reflexões acerca das possibilidades da Cartografia Social para a construção do conhecimento territorial. São feitas algumas considerações sobre a Pesquisa-Ação aplicada no mapeamento social elencando os aspectos qualitativos.

CARTOGRAFIA SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO.

A compreensão dos múltiplos aspectos presentes na realidade atual, nos convida a pensar sobre os instrumentos de análise com os quais podem-se interpretar as tendências da configuração territorial.

A Cartografia Social é compreendida como nova ferramenta vinculada ao planejamento e transformação social, sendo utilizada para a investigação-ação-participativa e desenvolvimento comunitário (LANDIM NETO et al, 2013). Alberdi (2012) assegura que a Cartografia Social é praticada em oposição ao modelo hegemônico, sendo uma construção territorial em que as relações de poder são transformadas a partir da participação ativa dos habitantes presentes no território, onde o interesse coletivo se esforça para orientar as políticas implementadas. Nesse contexto Vázquez; Massera (2012, p. 98) compreendem que,

Los mapas sociales presentan información espacial a distintas escalas. Pueden representar información detallada del trazado y la infraestructura de una localidad (rutas, caminos, medios de transporte, ubicación de viviendas); y también se pueden usar para representar una zona amplia (diferentes usos del suelo de una zona, distribución de los recursos naturales). Éstos no se limitan a exponer información sobre las características distintivas geográficas; también pueden ilustrar importantes conocimientos sociales, culturales e históricos, incluyendo, por ejemplo, información sobre el uso y ocupación de la tierra, demografía, grupos etnolingüísticos, salud, distribución de la riqueza, entre algunos de los temas.

No território brasileiro o uso da Cartografia Social é significativo, destaca-se que foi na região amazônica que surgiram os primeiros trabalhos de mapeamento participativo. Tal experiência tem se expandido para outras regiões, como estratégia para firmar direitos territoriais. Existem vários exemplos de transformação de demandas sociais em políticas

públicas, por meio da utilização de diferentes processos de “mapeamento participativo”, garantindo o reconhecimento de demandas de diversas comunidades, como quilombolas, pesqueiras, extrativistas, e de periferias (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

A Cartografia Social integra-se ao processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa na medida em que estabelece a ligação entre os grupos sociais como o seu território (ACSELRAD; COLI, 2008).

As oficinas destinadas à construção de mapas são realizadas como parte do processo de Cartografia Social para a elaboração dos mapas situacionais (FARIAS JUNIOR; 2009). Os produtos elaborados nas oficinas são publicados em formato de fascículos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que tornar público processos de auto definição de identidades coletivas, objetivadas em movimentos sociais (FARIAS JUNIOR; 2009). Nesse contexto Acselrad; Coli (2008, p. 32) expressam que a,

[...] construção do processo de inclusão dos grupos envolvidos na produção cartográfica é de especial interesse, tendo partido do pressuposto de que os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a idéia do mapa e com o repertório de informações nele contido. Tal dinâmica, no entanto, só se mostrava possível, caso se conseguisse aproximar a representação espacial dos segmentos camponeses daquela reproduzida em termos do mapa proposto, processo este que não é isento de dificuldades

No final do século XX, as intervenções a favor de promover a participação da comunidade utilizaram-se de metodologias participativas para coletar, analisar e divulgar informações que resultaram em aprendizado e ação participativa (VÁZQUEZ; MASSERA, 2012).

O início do processo do mapeamento participativo deu-se no Canadá e Alasca há três décadas, com a utilização da utilização do Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG). A esse respeito Acselrad; Coli (2008, p.16) afirmam que,

“O primeiro estudo sistemático reconhecido como uma forma de SPIG foi o Inuit Land Use and Occupancy Project (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós). Nesse projeto, centenas de esquimós foram entrevistados no início dos anos setenta, o que resultou em mais de duzentos mapas de atividades sazonais de subsistência.

Então, naquele momento inicial, o mapeamento participativo visou representar o uso e ocupação do território habitado pelos esquimós, propiciando a garantia da posse da terra, além de fornecer subsídios ao manejo dos recursos naturais, contribuindo para fortalecimento

cultural.

No território brasileiro, o primeiro trabalho que tem como o foco a Cartografia Social foi instituído e desenvolvido na Amazônia através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner. A esse respeito Acselrad (2008, p. 6) assegura que, o referido projeto,

[..] vem consolidar “as experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, em 1991-1993”, já produziu mais de 61 fascículos (com mapas), com o envolvimento de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, que os têm utilizado “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos.

O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA configura-se na mais ampla articulação de experiências dessa natureza no Brasil, pois, através das atividades realizadas produziu-se um conjunto de fascículos com mapas, além de livros e vídeos com base nos aspectos relevantes considerados pelas próprias comunidades mapeadas (VIANNA JUNIOR, 2009). O PNCSA mapeia, basicamente, situações de “reconfiguração étnica” e afirmação indenitária”, sendo que a própria delimitação do grupo ou comunidade é um processo simbólico (VIANNA JUNIOR, 2009). A esse respeito, Acselrad; Coli (2008, p. 26) afirmam que,

A análise das experiências de mapeamento participativo no Brasil revela, por certo, apropriações muito distintas desta prática. Três experiências originais, em certa medida “paradigmáticas” e, no Brasil, inaugurais, são destacadas a seguir: os mapeamentos que precederam e deram base à instituição formal da figura das reservas extrativistas; o conjunto de iniciativas conhecidas como “Guerra dos Mapas”, cujo pressuposto fundamental foi o de contribuir para a afirmação territorial de grupos sociais atingidos pelo Projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá, calcado em um envolvimento das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade.

As pesquisas participativas propiciam a convergência de metodologias, técnicas e relacionamentos entre o pesquisador e o que é pesquisado, sendo que as diversas relações contribuem para a existência de um envolvimento horizontal entre a população local e o pesquisador. A partir do resultado esperado desse tipo de prática, ocorre a capacitação de representantes dessas comunidades aptos a aplicarem os resultados obtidos dos problemas encontrados (LIMA, 2010). Compreende-se que o pesquisador pode ser um agente que pode contribuir significativamente no fortalecimento da articulação comunitária diante dos problemas existentes no cotidiano.

A Cartografia Social possibilita a politização dos mapas que antes eram dominados por estratégias tecnicistas controlados por agências governamentais e empresas multinacionais. Nesse sentido, os mapas são incorporados nas lutas sociais pondo em evidência os fatores étnicos, religiosos de gênero e as disputas por recursos naturais (FARIAS JÚNIOR, 2010). A partir da produção dos mapas visibiliza as lutas por sua apropriação dos espaços físicos que está relacionada à ação política presente nos mapas visando a garantia constitucional de direitos territoriais (FARIAS JÚNIOR,2010). Lima, (2010, p.36) ainda esclarece que,

O pesquisador trabalha em conjunto com os representantes comunitários tendo em vista articular seus objetivos e, assim, encontrar um projeto de pesquisa apropriado. Deve haver o reconhecimento e o respeito às habilidades das populações locais e, sobretudo, conferi-las como capazes de produzirem uma série de entendimento e dados. É necessária uma reciprocidade entre o pesquisador e o pesquisado, assim como o reconhecimento mútuo de capacidades e limitações de cada um dos atores.

Convém ressaltar a existência de uma variedade de terminologias e metodologias que se relacionam aos mapeamentos sociais, sendo que as diferentes denominações devem ser compreendidas no contexto em que estão localizadas. Diante do exposto Chapin; Lamb; Threlkeld (2005, p.619) relatam que,

[...] the genesis and evolution of indigenous mapping, the different methodologies and their objectives, the development of indigenous atlases and guidebooks for mapping indigenous lands, and the often uneasy mix of participatory community approaches with technology.

Os autores citados dão ênfase ao mapeamento dos grupos indígenas, porém ressalta-se que as reflexões externadas por eles podem servir de subsídios para o estabelecimento de outros mapeamentos que abrangem outros grupos sociais podendo-se citar pescadores, ribeirinhos, quilombolas, e comunidades presentes no meio urbano. Chapin; Lamb; Threlkeld (2005) ainda enfatizam que a maioria das experiências relacionadas ao mapeamento social tem sido efetivada na América Latina, em partes do sudeste da Ásia, e no Canadá e Alaska, o que contrasta com poucos trabalhos voltados ao mapeamento participativo na África e na Ásia Central. Em relação à concepção ideológica do mapeamento social realizado, Correia (2007, p.57) afirma que,

Existe um consenso entre muitos dos ideólogos dos mapeamentos participativos no que diz respeito ao seu potencial para a pesquisa e para romper com formas de dominação social e territorial. Em relação ao potencial para pesquisas, tais autores não têm mencionado que os

mapeamentos participativos possuem estreito vínculo com o campo de conhecimento denominado etnoecologia. Estudos nessa área de saber vêm sendo produzidos por antropólogos, agrônomos e ecólogos humanos com o objetivo de analisar como o meio ambiente é percebido por grupos humanos e como eles se apropriam, manejam e usam os recursos naturais.

O debate contemporâneo sobre as cartografias sociais e mapeamentos participativos podem ser visualizados ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas (ACSELRAD; 2008). O quadro 1 apresenta ferramentas e técnicas participativas utilizadas em mapeamentos participativos.

Quadro 1: Ferramentas e técnicas participativas utilizados em mapeamentos participativos.

Cartografia efêmera: é um método totalmente básico de elaboração de mapas e consiste em desenhá-lo no chão. Os participantes utilizam matérias-primas como gravetos, folhas e pequenas pedras para reproduzir a paisagem física e cultural.

Croqui ou mapa de esboço: São métodos um pouco mais elaborados, onde o mapa é desenhado com base na observação e na memória. Normalmente, é constituído de desenhos e símbolos em grandes folhas de papel para representar as características da paisagem.

Mapas com escala: é um método mais sofisticado de produção de mapas que visa á integração de dados georreferenciados. Isso possibilita o desenvolvimento de mapas com escalas relativamente exatas e com referências geográficas que podem ser comparadas diretamente com outros mapas.

Maquetes ou os mapas modelados em 3D: Integram os conhecimentos geográficos territoriais das comunidades com dados sobre elevações do terreno. Essa técnica produz modelos de relevo tridimensionais autônomos, com escala exata e referências geográficas. As características geográficas relativas ao uso da terra e a sua cobertura são representadas sobre o modelo usando tachas (pontos), estames (linhas) e tintas (polígonos). Ao complementar o modelo, aplica-se uma grande escala e geo-referências para facilitar a extração ou a importação de dados. Os dados representados no modelo podem ser digitalizados, extraídos e plotados.

Foto-mapas: são impressões de fotografias aéreas que são corrigidas geometricamente e dotadas de referências geográficas. Os mapas de ortofotografias são uma fonte de dados precisos, obtidos por sensoriamento remoto e podem ser utilizados para projetos cartográficos comunitários de grande escala. Os membros da comunidade podem delinear o uso da terra e outras características significativas em transparências vetorizadas sobrepostas no foto-mapa. As informações colocadas nas transparências vetorizadas podem ser escaneadas, ou digitalizadas e, depois, georreferenciadas. As imagens obtidas com o sensoriamento remoto em uma escala ideal- quando são facilmente baixadas da internet, com pouco ou nenhum custo – são alternativas apropriadas, e cada vez mais utilizadas.

Sistema de Posicionamento Global (GPS): Atualmente tem se tornado mais acessível e o seu uso se estendeu rapidamente entre as ONGs e as organizações comunitárias. O GPS é um sistema de posicionamento que utiliza satélites para indicar ao usuário sua posição exata através de um sistema de coordenadas. Os dados registrados são frequentemente utilizados para agregar precisão a informação representada em croquis, mapas de escala, modelos 3D e outros métodos cartográficos comunitários que utilizam menos tecnologia.

Sistema de informação multimídia: é uma tecnologia similar ao Sistema de Informação Geográfica (SIG), contudo, as tecnologias multimídias relacionadas aos mapas são de compreensão e controle mais simples. O conhecimento local é documentado por membros da comunidade por meio de vídeos e fotografias digitais, assim como de textos escritos. Esses produtos são armazenados em computadores administrados e comunicados com a interface de um mapa interativo digital. É possível ter acesso às outras informações multimídias clicando nas características do mapa interativo.

SIG: é um sistema computadorizado projetado para coletar, armazenar, gerenciar e analisar as informações territoriais com referências sobre espaços, bem como aqueles não relacionados diretamente com os locais com referências sobre espaços, bem como aqueles não relacionados diretamente com o território em questão, são integrados e analisados para fundamentar as discussões e as tomadas de decisão. O “SIG Móvel” é mais adaptado ao uso participativo e a comunidade local, já que esse tipo de software foi desenvolvido para funcionar no campo em computadores de mão ou em portáteis laptops.

Fonte: Adaptado de Corbett et al (2006).

Os mapas sociais podem ser utilizados nas pesquisas participativas, como instrumentos destinados a produção de informações especializadas sobre diferentes grupos sociais em seus territórios, tendo como base um trabalho coletivo com a participação dos movimentos sociais (LIMA, 2010).

Os grupos sociais que solicitam aos pesquisadores a realização de sua Cartografia Social percebem nela a integração prática do conhecimento científico com os saberes locais. Tal fato é apresentado nos fascículos publicados pelo PNCSA (MARQUES, 2011).

A produção do conhecimento inerente à Cartografia Social é baseada numa relação de troca realizada entre os sujeitos envolvidos na ação contínua de mapear. No entendimento de Crampton; Krygier (2008, p. 85) nos últimos anos,

Nos últimos anos, a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos. Essas elites – as grandes oficinas de mapas do Ocidente, o Estado e, em menor medida, os acadêmicos – foram desafiados por dois importantes acontecimentos.

A primeira dimensão relacionada à libertação da cartografia tem relação direta com a confecção dos mapas, que está saindo das mãos dos especialistas. A segunda dimensão diz respeito ao surgimento de novos softwares de mapeamento que apresentam um conjunto de ferramentas cooperativas livres, aplicações de mapeamento móvel, e geodenominação que podem ser utilizados para a construção de outras cartografias (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

Conforme Popayan (2005, p.6), enquanto aporte metodológico a Cartografia Social possui fundamentos na investigação-ação-participação baseados no território e paisagem como elementos fundamentais da metodologia caracterizada a seguir:

- ✓ Na Investigação na Cartografia Social, a comunidade participa da investigação, aporta seus conhecimentos e experiências ao mesmo tempo que há troca. Os mapas se adequam e favorecem a cultura dos narradores orais, sendo que a construção coletiva de mapas permite a atualização da memória individual e coletiva;
- ✓ A Ação significa que o conhecimento de uma realidade permite atuar sobre ela. Trata-se de conhecer a realidade para transformá-la e não de investigar só pelo prazer de conhecê-la. Não se trata de qualquer tipo de ação ou ativismo, se busca antes de toda ação que se conduza à construção social;
- ✓ A Participação corresponde como processo permanente de construção social em torno dos conhecimentos, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento. A participação deve ser ativa, organizada, eficiente e decisiva. A comunidade deve participar de todo o processo investigativo.
- ✓ A Sistematização é compreendida como a recompilação de dados de uma experiência, sendo que aponta seu ordenamento ao encontrar as relações entre os elos e descobrir a coerência interna dos processos instaurados na prática. A sistematização deve ser um elemento fundamental para apreender

a realidade e transformá-la; permite dimensionar esses conhecimentos dados e práticas visando atingir um sustentável desenvolvimento social.

A Cartografia Social funciona como uma ferramenta para intervenção baseada no trabalho de identificação de categorias, variáveis e indicadores, a fim de proporcionar um primeiro passo de organizar da informação. Faz-se necessário definir a ação, os objetivos, e a escala (nível local, regional, nacional) de trabalho. Nesse sentido, Carballeda (2012, p.33) expõe que,

[...] um grupo, dentro do processo de intervenção social através mapas pode ser entendido como um número de pessoas cujas perspectivas para um objetivo comum ligada ao conhecimento e interpretação do território, parte, por um período de tempo, dentro um processo de comunicação e interação.

Compreende-se que a Cartografia Social afigura-se como instrumento que propicia a fortificação das relações de poder local, com a valorização dos aspectos culturais mediante o resgate dos valores, saberes, tradições e identidades comunitárias. Fomenta o aprimoramento da rede de proteção social através das proposições de ações e políticas públicas que devem ser implementadas, tendo em vista o fortalecimento comunitário.

A PESQUISA - AÇÃO CONTRIBUINDO COM O MAPEAMENTO SOCIAL (ASPECTOS QUALITATIVOS)

A Pesquisa-Ação busca desenvolver técnicas e conhecimentos necessários ao fortalecimento das atividades desenvolvidas. Utilizando dados da própria comunidade e valorizando o saber e a prática diária entre os envolvidos na investigação, aliados aos conhecimentos teóricos e experiências adquiridas pelos pesquisadores, essa metodologia constitui-se um novo saber que aponta propostas de solução dos problemas diagnosticados (NUNES; INFANTE, 1996).

Conforme a definição apresentada por Tripp (2005), a pesquisa-ação como uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática, de forma que as técnicas de pesquisa atendam aos critérios comuns e a outros tipos de pesquisa acadêmica. Tripp (2005, p.447) postula a pesquisa – ação em dez características, a saber, “inovadora; contínua; pro-ativa estrategicamente; participativa; intervencionista; problematizada; deliberada; documentada; compreendida; e disseminada”.

A pesquisa-ação é compreendida como uma forma de se fazer pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Seguindo este entendimento Thiollent (1996, p.16) acentua que a pesquisa-ação constitui-se como uma estratégia metodológica da pesquisa social em que,

- ✓ Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

- ✓ Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- ✓ O objeto de investigação não é construído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- ✓ O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada;
- ✓ Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação, e
- ✓ A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e do conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Pereira; Conceição (2013) salientam que a pesquisa – ação deve ser compreendida como um método ou uma estratégia de pesquisa que agrega várias técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação.

Diante do exposto, faz-se necessário elencar o desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas ao mapeamento participativo através da práxis da Cartografia Social pode propiciar aos sujeitos envolvidos expressarem os problemas, potencialidades, limitações e proposições de ações a serem implementadas, tendo em vista se atingir a justiça social compreendida como o aumento de igualdade e oportunidade, melhor atendimento às necessidades das pessoas, tolerância e compreensão para com os outros, cooperação maior e mais eficiência no processo de tomada de decisões contribuindo para o planejamento e gestão territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia que procura abordar as necessidades de um determinado grupo social deve estabelecer contatos sistemáticos e permanentes com as comunidades locais que exigem abertura, flexibilidade e um profundo processo de reflexão.

A Cartografia Social apresenta-se como uma ferramenta muito importante na medida em que favorece articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade por meio da cartografia. A partir das discussões inerentes ao mapeamento participativo expressadas neste artigo é possível afirmar que os grupos sociais possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento. O ato de mapear não é feito somente através da representação, mas também por meio do diálogo, discussão e análise das informações que serão representadas.

O território é um conceito chave nos trabalhos de Cartografia Social sendo compreendido como recorte espacial destinado ao processo de socialização de diferentes grupos sociais sendo constituído por múltiplas culturas e dimensões inter-relacionadas, a saber, uma dimensão ambiental, económica, político, cultural, social e histórico.

O processo de mapeamento social é fundamentado na representação da comunidade de nomes de lugares, confecção de seus símbolos, com sistemas de representação conhecimento local. Eles não estão limitados aos meios de comunicação oficiais

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43.

ALBERDI, R. Aportes de la cartografía social al desarrollo sustentable: un enfoque desde el territorio. 2012. 16p. Disponível em: http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias_y_Posters/Eje05/Alberdi_Ramiro/Alberdi_Aportes_de_la_%20CartografiaSocial_desarrolloSustentable.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2015.

Asociación de Proyectos Comunitarios – POPAYAN. **Territorio y Cartografía Social**. Proyecto: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociación de proyectos comunitarios. a.p.c. 2005. p.1-9. Disponível em: http://www.rutapedagogicaamigoniana.org/documentos/materiales/Modulo_0_Territorio.pdf . Acesso em 05 de maio de 2013.

BOYNARD, Lya Moret. Representações do espaço geográfico em disputa: O Movimento Negro brasileiro e as novas cartografias sociais. **Revista TAMOIOS**. Ano VI. Nº 1, 2010 p.110 a 114

BOYNARD, Lya Moret. Usos da cartografia anti-racismo nas lutas do movimento negro brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, 2011 p. 01-09.

CARBALLEDA, A. J. M. Cartografías e Intervención en lo social. In: TETAMANTI, M.D (ORG). **Cartografía social: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación**. 1a ed. – Comodoro Rivadavia : Universitaria de la Patagonia, 2012. 162p.

CHAPIN, M; LAMB, Z; THRELKELD, B. Mapping Indigenous Lands. Annu. **Rev. Anthropol**. Nº 34. 2005 p. 619-638.

CORBETT, J; et al. **Overview: Mapping for Change** – the emergence of a new practice. Partipatory learning and action. 2006, 8p.

CORREIA, C. S. Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. **Tese de doutorado**. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. 2007, 431p.

CRAMPTON, J.W; KRYGIER. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 85-111.

FARIAS JUNIOR, E. A. **Terras indígenas nas cidades**: Lei municipal de desapropriação nº 302 Aldeia Beija-flor, Rio Preto da Eva, Amazonas. Manaus: UEA Edições, 2009. 100p.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. **Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 2014. 18p. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CO_DIGO=C20142610482831 Acesso em 02 de fevereiro de 2015

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. **Cartografia social e cidadania**: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Editora: Expressão gráfica, 2015 196p.

LANDIM NETO, F.O; COSTA, N. O; PEREIRA FILHO, N.S; GORAYEB, A. A cartografia social na comunidade Waldemar de Alcântara: instrumento de luta por melhores condições de vida. **Anais** do Primer Congreso de Extensión de la Asociación de la Universidades del Grupo Montevideo – AUGM. Extenso 2013, 8p. Disponível em http://formularios.extension.edu.uy/ExtensoExpositor2013/archivos/519_resumen892.pdf Acesso em 01 de setembro de 2015.

LIMA, L. P. N. S. Mapas sociais: propostas e perspectivas. **Monografia**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 2010, 73p.

MARQUES, E. B; CAINZOS, R.L.P. Mapeamento participativo de territórios locais. Disciplina Seminário Científico. Especialização em Agrimensura e Geoprocessamento pela Faculdade União das Américas 2011. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/geolutas/docs/2012/Erwin_Monografia.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2014.

NUNES, J. M; INFANTE, M. Pesquisa Ação: Uma Metodologia de Consultoria. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. (Org.). **Formação de Pessoal de Nível Médio para a Saúde**: Desafios e Perspectivas. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, v. , p. 97-114.

PEREIRA, A. B; CONCEIÇÃO, M. Inês. G. Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, p. 109-126, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996. 132p

TRIPP, D. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3. p. 443-466, set./dez. 2005.

VÁZQUEZ, A. MASSERA, C. Repensando la geografía aplicada a partir de la cartografía social. In: TETAMANTI, M.D (ORG). **Cartografía social**: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. 1a ed. – Comodoro Rivadavia : Universitaria de la Patagonia, 2012. 162p.

VIANA JUNIOR, A. **Mapas e identidades**: o reencantamento da cartografia. Le Monde Diplomatique Brasil.2009. 4p.

LIMA, M. V. da C; Costa, S. M. G. da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, nº12, 2012 p.76-113